



Comissão pode votar hoje projeto de reforma trabalhista

Relatório foi dado como lido na semana passada, com vista coletiva, e questões de ordem feitas por senadoras devem ser analisadas posteriormente

A pauta da Comissão de Assuntos Econômicos começa hoje com o projeto da reforma trabalhista. Na reunião da semana passada, em que ocorreria a leitura do relatório de Ricardo Ferraço sobre a proposta, um tumulto fez com que o presidente do colegiado, Tasso Jereissati, desse o texto como lido e concedesse vista coletiva. O relatório é favorável ao texto aprovado na Câmara. Para evitar que o projeto volte à avaliação dos deputados, Ferraço rejeitou as emendas apresentadas no Senado e sugeriu que algumas partes sejam vetadas ou reformuladas por medida provisória. **8**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Em reunião na semana passada, Ricardo Ferraço (C) não conseguiu concluir a leitura de seu relatório, mas texto foi considerado lido e foi concedida vista coletiva



Waldemir Barreto/Agência Senado

Presidente da CPI, Paulo Paim (4º à esq.) coordena debate, ao lado do relator, Hélio José (3º à esq.), sobre a proposta

Debate aponta erros em proposta sobre Previdência

Especialistas em direito previdenciário disseram, em audiência da CPI da Previdência, que diagnósticos do governo para justificar a reforma no setor são equivocados.

Segundo eles, cálculos que apontam déficit misturam, por exemplo, regimes dos servidores públicos e dos militares com o Regime Geral da Previdência. **7**



Projeto cria semana nacional para prevenção ao suicídio

Começa a tramitar hoje no Senado um projeto de lei que institui a Semana Nacional de Valorização da Vida. Para o

autor, Garibaldi Alves, é preciso falar abertamente sobre suicídio, que mata 800 mil pessoas ao ano no mundo. **4 e 5**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Marcio Peixoto é voluntário do CVV, que atua na prevenção do suicídio



Guia on-line traz dados sobre CPIs desde 1946

Informações atualizadas sobre as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) do Senado e mistas (CPMIs) de 1946 até o fim de 2016 podem ser consultadas na internet. O Senado acaba de atualizar o guia on-line de referência sobre as comissões. O guia mostra requerimentos e relatórios dos colegiados, entre outros dados. **2**

Especialistas criticam reformas e lançam livro sobre impactos delas

Representantes de sindicatos, auditores-fiscais, servidores e empresários defenderam, em audiência, que as reformas previden-

ciária e trabalhista retirem direitos dos trabalhadores e aposentados. Em livro, eles avaliam os efeitos das mudanças propostas. **8**



Gerardo Menezes/Agência Senado

Germano Siqueira e Magda Biavaschi ouvem Júlio Miragaya na audiência

Eleição direta para presidente entra na pauta

A Comissão de Constituição e Justiça pode votar substitutivo de Lindbergh a proposta de Reguffe que prevê eleições diretas para presidente da República em caso de interrupção do mandato nos três primeiros anos. **3**

Campanha eleitoral pode ter limite para recurso próprio **3**

Ministro do Turismo fala sobre capital externo na aviação **6**

Proposta prevê contas detalhadas de água e esgoto **6**

Reprodução



O trabalho foi produzido pelo Centro de Secretaria de Gestão de Informação e Documentação do Senado

Senado publica guia sobre todas as CPIs desde 1946

Atualização do guia de referência impresso em 2006 agora está disponível na internet e oferece aos usuários dados e documentos das comissões parlamentares de inquérito dos últimos 70 anos



O SENADO ACABA de atualizar o guia on-line de referência sobre todas as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) da Casa e comissões parlamentares mistas de inquérito (CPMIs) de 1946 até o fim de 2016. O documento contém informações, com links, sobre requerimentos, autores, presidentes, relatores e relatórios dos colegiados. Produzido pela Secretaria de Gestão de Informação e Documentação, o trabalho é uma atualização do *Guia de Referência Rápida das Comissões no Senado Federal e no Congresso Nacional: 1974 a 2005*, lançado em versão impressa em 2006.

História

De acordo com a diretora da secretaria, Dinamar Pereira Rocha, esse trabalho atende a diretriz do Senado de divulgar, na internet, o acervo histórico do arquivo da Casa. Ela ressalta que os documentos arquivados, além de contribuir para o desempenho das funções legislativas do Senado, ajudam a população a compreender a história do Brasil.

As pesquisas para elaboração do guia foram realizadas pelo servidor Nerione Cardoso Júnior, da Coordenação de Arquivo.

— O pessoal estava com muitas demandas de pesquisas aqui sobre CPIs. Para facilitar, mostrei o *Guia de Referência Rápida*, que eu havia feito em 2006. A coordenadora do Arquivo, Carla Mendes, e a chefe do Arquivo Histórico, Rosa Vasconcelos, sugeriram que eu atualizasse o guia para facilitar as respostas — explicou Cardoso Júnior.

Comissões de investigação, segundo o servidor, existem no país desde a época do Império. Comissões parlamentares de inquérito, propriamente, foram previstas pela primeira vez na Constituição de 1934 e eram atribuição exclusiva da Câmara dos Deputados.

Somente com a Constituição de 1946 o Senado passou a ter a prerrogativa de instalar comissão parlamentar de inquérito.

A primeira CPI criada no Senado, em 1952, investigou a situação da indústria e do comércio de cimento e foi proposta por Mozart Lago, do Distrito Federal (RJ). A presidência do colegiado coube a Clodomir Cardoso (MA), e a relatoria, a Velloso Borges (PB).

Corrupção e futebol

Alguns temas aparecem em mais de uma investigação no período, como corrupção e sistema financeiro. A Petrobras já foi objeto de seis requerimentos de CPI no Senado, mas nem todas foram criadas ou concluídas. A questão fundiária é outro assunto investigado mais de uma vez pelos senadores. Os jogos de azar foram tema de CPI em 1953, e o custo de produção de veículos pela indústria nacional, em 1965.

Houve três CPIs na Casa sobre futebol. A primeira, em 1992, foi presidida por José Fogaça (RS). A segunda, em 2000, por Alvaro Dias, à época do PSDB do Paraná. Romário (PSB-RJ) presidiu a terceira, concluída em 2016.

Mistas só em 1967

A criação de comissões parlamentares mistas de inquérito, que contam com a participação de senadores e deputados, foi possível a partir

da Constituição de 1967.

A primeira CPI mista, proposta pelo senador Nelson Carneiro (RJ) em 1976, investigou a situação da mulher. Em 1993, Senado e Câmara dos Deputados criaram a CPI Mista do Orçamento, presidida pelo senador Jarbas Passarinho (PA) e relatada pelo deputado Roberto Magalhães (PE).

Outra comissão mista investigou, em 2005, casos de corrupção nos Correios, o que levou à denúncia do que ficou conhecido como mensalão; o colegiado era presidido pelo então senador Delcídio do Amaral (MS).

Conhecimento

O trabalho realizado pelo servidor Cardoso Júnior é de gestão ativa do conhecimento, como ele explica. A ideia é elaborar publicações impressas ou para a internet que agrupem informações já trabalhadas por outros setores da Casa, de maneira a facilitar o acesso de pesquisadores e outros usuários aos conteúdos. Dessa maneira, a informação é transformada em conhecimento, observa.

O processo de atualização do *Guia de Referência Rápida* durou cerca de um ano. Foi especialmente importante, segundo o servidor, checar o registro das CPIs realizadas antes de 1964, porque muitos documentos não estão classificados e outros se perderam com a mudança da capital do país para Brasília.

A coordenadora do Arquivo, Carla Mendes, acredita que a documentação tem capítulos fundamentais da história do país e deve ser oferecida à sociedade.

✓ Acesse o guia de CPIs: <http://bit.ly/guiaCPIs>

Bezerra pede verbas para reduzir estragos das chuvas em Pernambuco

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) informou que as chuvas em Pernambuco, com picos de até 300 milímetros, atingiram 15 municípios e 800 mil



e rodovias interditadas e paralisação do abastecimento de água.

Ele aproveitou para reforçar o pedido do governador, pessoas, na Zona da Mata e em parte do Agreste.

O senador relatou que já são 30 mil desabrigados, escolas destruídas, hospitais

Paulo Câmara, de liberação imediata de empréstimo com o BNDES, já aprovado pelo Ministério da Fazenda e pelo Tesouro Nacional.

Armando quer ajuda para as famílias atingidas por enchente em 15 cidades

Armando Monteiro (PTB-PE) lamentou a situação de alguns municípios pernambucanos, atingidos por enchentes que deixaram mais de 35 mil desabrigados, além de duas mortes e pessoas desaparecidas. O senador explicou que 15 municípios



já declararam estado de calamidade

Ele disse que é necessário buscar soluções que minimizem a tragédia. — É preciso atender às famílias com itens como água, alimentos, roupas, agasalhos, colchões e produtos de higiene pessoal.

Ele disse que é necessário buscar soluções que minimizem a tragédia. — É preciso atender às famílias com itens como água, alimentos, roupas, agasalhos, colchões e produtos de higiene pessoal.

Elmano propõe criação de fundos para manter unidades de conservação federais

Elmano Férrer (PMDB-PI) apresentou projeto permitindo que o governo federal crie fundos para manutenção de unidades de conservação federais. Pelo texto (PLS 160/2017), os fundos, sem fins lucrativos, receberiam e administrariam doações de pessoas físicas e jurídicas.

— O projeto cria uma fonte de recursos em potencial que não encontrava canais para se materializar — afirmou.

O senador disse que as unidades não recebem recursos públicos suficientes. Ele citou o Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí, que estaria sendo sucateado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



Cobrança de água e esgoto

9h A Comissão de Infraestrutura pode analisar o PLS 291/2013, que separa cobrança de água e esgoto; o PLS 235/2014, que vincula investimento em transportes à viabilidade econômica; e mais 7 itens.

CAE Reforma trabalhista

10h Na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, o PLC 38/2017, que trata da reforma trabalhista, e mais 10 itens.

CE Transferência de feriados

11:30 A Comissão de Educação, Cultura e Esporte pode votar o PLS 389/2016, que transfere feriados nacionais para as segundas-feiras, e mais 7 itens.

CMA Armazenamento de agrotóxicos

11h30 A Comissão de Meio Ambiente pode analisar o PLC 10/2016, que padroniza locais para armazenamento de agrotóxicos, e mais 9 itens.

CMO Eleição do vice-presidente

14h A Comissão Mista de Orçamento se reúne para tratar da eleição de vice-presidente e das relatorias setoriais.

PLENÁRIO Pauta trancada

14h A pauta do Plenário está trancada por 6 medidas provisórias.

CDR Ministro do Turismo

14h30 A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo realiza audiência interativa com o ministro do Turismo, Marx Beltrão, para apresentação das ações da pasta para os próximos dois anos.

REUNIÃO DE LÍDERES Votações

14h30 Reunião para definir a pauta.

CONGRESSO Análise de vetos

19h30 Sessão conjunta para apreciação de 18 vetos e do PRN 1/2017, que cria comissão mista permanente para consolidação da legislação federal.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

CCJ vota amanhã eleição direta em caso de vacância da Presidência

Proposta de emenda à Constituição prevê eleição direta se o mandato presidencial for interrompido nos três primeiros anos. Outra proposta possibilita revogação do mandato pelos eleitores

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar amanhã substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC 67/2016), que estabelece a realização de eleição direta para presidente e vice-presidente da República em caso de vacância desses cargos nos três primeiros anos do mandato presidencial. A proposta é de Reguffe (sem partido-DF) e tem Lindbergh Farias (PT-RJ) como relator.

Na semana passada, Lindbergh apresentou um substitutivo, mas a discussão e a votação foram adiadas para quarta. A PEC 67/2016 amplia

de dois para três anos o prazo para realização de eleição direta para presidente e vice-presidente da República em caso de vacância dos cargos. A eleição continua sendo indireta se os cargos ficarem vagos no último ano do mandato.

Atualmente a Constituição só admite eleição direta para suprir a vacância desses dois cargos se isso acontecer nos dois primeiros anos de mandato. Se eles ficarem vagos nos dois últimos anos do mandato presidencial, o texto constitucional determina a convocação de eleição indireta, em 30 dias, para que o Congresso Nacional escolha os novos



A proposta foi apresentada por Reguffe (E) e é relatada por Lindbergh Farias (de pé, ao lado de Elmano Férrer)

presidente e vice-presidente da República que deverão concluir o mandato.

Outro tema correlato em pauta na CCJ é a possibilidade de recall (revogação) pelos eleitores dos mandatos de presidente da República, governador, prefeito, senador, deputados (federais, estaduais e distritais) e vereador. A inovação é trazida pela PEC

21/2015, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que recebeu substitutivo de Antonio Anastasia (PSDB-MG).

O substitutivo de Anastasia tratou de restringir o recall ao cargo de presidente da República, que poderá ter o mandato revogado a partir de proposta assinada por, no mínimo, 10% dos eleitores que compareceram à última

eleição presidencial. A proposta de revogação deverá ser examinada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, sucessiva e separadamente, e considerada aprovada se alcançar o voto da maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas. Cumprida essa etapa parlamentar, deverá ser submetida, então, a referendo popular.

Projeto fixa teto para recurso próprio em campanha eleitoral

Começou a tramitar no Senado proposta que define novo limite de aplicação de recursos próprios em campanhas eleitorais. Segundo o Projeto de Lei do Senado (PLS) 149/2017, que está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) à espera de indicação de relator, o candidato poderá usar seus recursos na campanha até o máximo de 5% do limite de gastos estabelecidos pela Lei Geral das Eleições para o cargo

ao qual concorre.

Nas eleições de 2016 para vereador em São Paulo, por exemplo, o valor definido para os gastos em campanhas foi de cerca de R\$ 2,5 milhões. Nesse sentido, de acordo com o projeto, o limite de investimento de recursos próprios poderia ser de no máximo cerca de R\$ 120 mil.

A proposta é de autoria de Vicentinho Alves (PR-TO) e tem o objetivo de proporcionar

eleições mais justas e evitar a representação de interesses pessoais em detrimento do coletivo. Segundo o senador, a legislação atual “permite uma vantagem absolutamente desproporcional para os candidatos ricos”.

Mudança

As regras de financiamento de eleições já sofreram alterações significativas em 2015. A Lei 13.165/2015, chamada

de minirreforma eleitoral, transferiu a responsabilidade de fixar os limites de gastos em períodos eletivos para a Justiça Eleitoral. Anteriormente, quem estabelecia o teto de gastos era o partido político do candidato.

De acordo com Vicentinho, isso permitiu campanhas eleitorais mais objetivas e baratas, além de igualdade entre os candidatos.

Contudo, a lei manteve a

permissão de que o candidato utilize, em sua eleição, recursos próprios até o limite de gastos estabelecido para o cargo que disputa.

Os detalhes dos limites de gastos eleitorais podem ser conferidos no Portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os valores são atualizados monetariamente a cada eleição pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE.

Lindbergh defende eleições diretas para a Presidência

Lindbergh Farias (PT-RJ) comemorou o sucesso do ato ocorrido no Rio de Janeiro, domingo, que pediu eleições diretas para presidente da República. Segundo ele, entre 100 mil e 150 mil pessoas participaram, além de lideranças políticas e artistas.

O senador ainda criticou parlamentares que afirmam não ser constitucional eleição direta para a Presidência neste momento. Ele argumentou que, se o Tribunal Superior Eleitoral cassar a chapa Dilma-Temer, terá que ser convocada nova eleição em até 90 dias, como ocorreu no Amazonas.

— Eu pergunto: por que têm medo de povo? Porque um presidente que saísse eleito de um processo democrático sairia com força para tirar o país da crise.

Vanessa diz que não vê possibilidade de Temer superar crise

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que não há sinal de que o presidente Michel Temer conseguirá superar a crise política que o Brasil atravessa.

A senadora disse que a intenção do governo é aplicar no Brasil um projeto que não foi vitorioso nas urnas. Enquanto a crise política se aprofunda por um lado, declarou, o governo insiste com o andamento de reformas que atingem diretamente o trabalhador.

— O governo já aventa a possibilidade de editar uma MP abordando aspectos da reforma previdenciária, aqueles, sobretudo, que não necessitam de uma emenda constitucional.



Renan critica MP, Judiciário e meios de comunicação

Renan Calheiros (PMDB-AL) fez duras críticas ao que chamou de “excessos” do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos meios de comunicação.

O senador cobrou explicações do Ministério Público sobre as vantagens concedidas aos delatores. Ele também acusou a Lava Lato de vazar gravações clandestinas, movida pela “avidez em exibir cabeças decepadas”.

Renan esclareceu que sofre investigação por acusações infundadas e que nunca buscou obstruir a Justiça. Ele defendeu a Lei de Abuso de Autoridade, ressaltando que esse crime tem efeitos principalmente contra os mais humildes.



Fátima culpa mídia pela “criminalização” da esquerda

Fátima Bezerra (PT-RN) destacou a manifestação pela renúncia de Michel Temer e por convocação de eleições diretas, domingo, no Rio. Segundo a senadora os atuais ocupantes do poder prometeram acabar com a crise econômica, mas o que se viu foi o sepultamento da democracia e a instauração de um Estado de exceção.

Tudo isso, disse, com ajuda da mídia, que foi essencial na criminalização da esquerda e dos movimentos sociais.

— O que este país mais precisa é paz. E a paz significa trazer o diálogo. E o diálogo só pode vir se a gente consultar o povo, ouvir o povo. E só tem uma forma: a eleição direta.



Wellington: questão fundiária é crucial para Mato Grosso

Wellington Fagundes (PR-MT) chamou a atenção para medida provisória, a ser votada nesta semana, sobre a regularização fundiária na região amazônica. Ele considera a medida prioritária para Mato Grosso. Para o senador, a lei poderá incorporar muitas famílias à produção e ao acesso ao crédito.

Wellington, que criticou os elevados custos do transporte da produção mato-grossense, cobrou mais suporte logístico para os agricultores, além de uma legislação que dê segurança aos investidores.

— Precisamos dar condições para que tudo que se produz se tornar mais competitivo em todos os mercados.



Senado debate capital estrangeiro na aviação

Ministro do Turismo participará de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional na qual será questionado a respeito de projeto de lei que promove mudanças no setor aéreo

A ABERTURA DA aviação nacional a investimentos estrangeiros, incluindo a possibilidade de empresas aéreas brasileiras terem 100% de capital estrangeiro, volta à pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O ministro do Turismo, Marx Beltrão, debaterá o tema com os senadores hoje, às 14h30, e apresentará as ações do ministério para os próximos dois anos.

A Lei 13.319/2016, que faz uma série de mudanças na aviação brasileira, teve origem na Medida Provisória 714/2016, que foi sancionada em 26 de julho de 2016 com cinco vetos, um deles a res-

peito do trecho que ampliava a até 100% a possibilidade de participação de capital estrangeiro nas empresas aéreas brasileiras.

O dispositivo tinha sido incluído durante a votação da medida na Câmara, mas o Senado só admitiu aprovar o texto mediante o compromisso do presidente da República, Michel Temer, de vetar a abertura total do setor. Na ocasião, vários senadores cobraram um debate mais aprofundado sobre o tema.

Projeto

O PL 7.425/2017, que foi recentemente enviado pelo governo federal ao Congresso Nacional e está em



Gerardo Magaña/Agência Senado

Projeto em análise na Câmara dos Deputados permite que estrangeiros assumam controle de empresas aéreas nacionais

tramitação na Câmara dos Deputados, permite que o controle acionário das companhias aéreas brasileiras seja assumido por investidores estrangeiros.

Os requerimentos para a audiência pública de hoje, que

será interativa, foram apresentados pela senadora Fátima Bezerra (PT-RN), presidente da CDR, e pelo senador Jorge Viana (PT-AC).

A audiência será na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa. Originalmente agendada

para 17 de maio, a audiência foi adiada devido à Marcha dos Prefeitos a Brasília, que sobrecarregou a agenda do ministro.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Comissão vota projeto que busca dar clareza às contas de água e esgoto

A Comissão de Infraestrutura (CI) pode votar hoje projeto que torna obrigatória a discriminação das tarifas de água e esgoto. O objetivo é evitar o pagamento por serviços que não são oferecidos. A cobrança pelo esgotamento se daria apenas quando o serviço fosse efetivamente prestado.

O projeto é um substitutivo do relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ao PLS 291/2013. A proposta original é do ex-senador Cyro Miranda, que pedia a cobrança separada. Segundo ele, a cobrança conjunta não estimula as concessionárias a investir na expansão e na qualidade das redes de coleta

e nos sistemas de tratamento.

Segundo Flexa, a cobrança do esgotamento separada do abastecimento de água exigiria a instalação de hidrômetros nas tubulações de esgoto, o que acarretaria custos e enfrentaria dificuldades técnicas. Além disso, “impediria que o inadimplemento desse serviço fosse apenado com o corte do abastecimento de água, o que poderia causar problemas de financiamento do serviço”.

Na pauta da CI, está também o PLS 224/2015, de Wilder Moraes (DEM-GO), que torna obrigatórios os equipamentos de energia solar nas casas do Minha Casa, Minha Vida.



Rodrigo Viana/Senado Federal

Água e esgoto são cobrados juntos, sem que conta discrimine os dois serviços

Texto favorece produção conjunta de vegetal e peixe

A pauta de votações de hoje da Comissão de Meio Ambiente (CMA) tem dez projetos de lei, incluindo o PLS 162/2015, de Benedito de Lira (PP-AL), que incentiva a aquaponia.

A aquaponia é um sistema que combina, no mesmo ambiente, a criação de peixes e crustáceos com a hidroponia (cultivo de plantas em água). Em pequenos espaços, por exemplo, é possível produzir diversos vegetais, não sendo necessário adubo, pois as fezes dos peixes mineralizam a água.

Entre os benefícios previstos na proposta do senador, estão a adoção de incentivos fiscais, prioridade na concessão e renovação de direitos de uso de recursos hídricos, preferência como fornecedor do Programa de Aquisição de Alimentos e o direito a crédito rural com juros especiais.

O relator do projeto da comissão, Valdir Raupp (PMDB-RO), considera o desenvolvimento da aquaponia como estratégico no atual momento de crise hídrica que afeta diversas regiões brasileiras.

— A economia de água chega a 90% em relação à agricultura convencional — explica.

O senador ressalta que a aquaponia contribui com a redução do impacto provocado pela produção de proteína de origem animal.

Meio ambiente

Citando dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Raupp lembra que a criação intensiva de animais na produção de alimentos gera efeitos devastadores sobre o meio ambiente.

— No que tange ao efeito estufa, a produção de 1 quilo de pescado pelo sistema aquapônico gera um impacto muito menor do que a produção de 1 quilo de carne bovina. Quando a comparação é feita usando como parâmetro o consumo da água, a diferença chega a 80 vezes — reforça o senador, argumentando que a proteína produzida a partir de organismos aquáticos é de qualidade superior à bovina.

Raupp incluiu emendas

buscando incentivar a aquaponia entre pequenos produtores familiares. Para isso, trocou no projeto de lei a expressão “proprietários rurais” do texto original por “produtores rurais”, como uma maneira de contemplar aqueles que não possuem a titularidade da terra.

O texto ainda estimula a aquaponia em áreas urbanas, como forma de beneficiar especialmente famílias de baixa renda.

Na justificativa do projeto, Benedito lembra que Estados Unidos, Austrália e países da Ásia já consolidaram a aquaponia, adotando a técnica há mais de 30 anos.

O senador argumenta que entre as diversas vantagens do modelo, estão o trabalho com água de melhor qualidade e o aumento da produtividade.

— O cultivo tradicional da alface produz 50 toneladas por hectare. Na aquaponia, por sua vez, são 300 toneladas no mesmo espaço. E, na aquaponia, a colheita é feita a cada 30 dias, prazo muito menor que no modo normal, cerca de 45 dias — explicou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Para advogados, reforma da Previdência tem erros

Especialistas em direito previdenciário ouvidos em debate da CPI disseram que a proposta do governo em análise no Congresso parte de diagnósticos equivocados e de premissas seletivas

ADVOGADOS ESPECIALISTAS EM direito previdenciário ouvidos ontem pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência (CPI) foram unânimes em afirmar que a reforma proposta pelo Executivo para o setor parte de “diagnósticos equivocados” e “premissas seletivas”.

Segundo uma das convidadas da audiência, Thais Riedel, os cálculos que apontam déficit no setor deliberadamente excluem receitas que, enquanto não têm caráter diretamente previdenciário, existem para minimizar riscos do sistema como um todo.

— Quando se desconsidera o conjunto das contribuições, desconfigura-se o que foi pensado na Constituição em termos de custeio. O regime de repartição consegue pagar uma maior quantidade de riscos porque no grupo eles se diluem.

A advogada disse que o problema do envelhecimento populacional, que reduz a proporção entre população ativa e inativa ao longo do tempo, já foi considerado na elaboração do sistema. A Previdência é abastecida com cobranças sobre lucros das empresas, importações e loterias, por exemplo, porque essas bases de cálculo, segundo ela, estão mais imunes a mudanças na pirâmide etária.

Para Thais, o regime atual, em que a Previdência é integra-

da a áreas como saúde e assistência social, é o mais eficiente para proteger a população de forma sustentável, pois usa as contribuições para garantir a qualidade de vida, que, por sua vez, vai garantir que a população economicamente ativa continue produtiva e contribuindo.

— O Estado percebeu que não somos previdentes. É da nossa natureza. Não pensamos que há riscos inerentes à existência humana. Não temos, normalmente, disciplina de fazer uma poupança para uma eventual situação de risco.

Irresponsabilidade

O advogado Diego Cherulli observou que o cálculo que aponta déficit mistura os servidores públicos federais e os militares ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), “o que é incorreto, porque eles possuem regimes próprios, com custeio à parte, e não integram a seguridade social”.

Para Cherulli, o Executivo tem usado mal o “fundo poupador” da Previdência. Criado pela Emenda Constitucional 20/1998, com o objetivo de guardar e investir eventuais superávits previdenciários para o futuro, o fundo tem sido usado por sucessivos governos como caixa para despesas correntes.

— Quando o legislador diversificou a base de financiamento, sabia que iria sobrar e que precisaria poupar para



Maria Lucia Fattorelli pede que CPI apure todos os rombos em contas públicas

garantir o pagamento dos benefícios no futuro. Os técnicos não se adaptaram às novas disposições e mantiveram a aplicabilidade da regra antiga: só folha de pagamento custeia a Previdência. Essa prática se enquadra como violação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Adriane Bramante apresentou dados dos portais da Previdência Social que, para ela, indicam erros na elaboração e no direcionamento da reforma. Ela destacou que mais de 80% dos benefícios do RGPS são de até dois salários mínimos. A advogada afirmou que o grande problema da Previdência hoje não é de estrutura, mas de gestão da seguridade social.

— Há ineficiência administrativa que leva à judicialização, fiscalização ineficiente que não consegue prevenir

acidentes de trabalho e problemas no sistema de saúde que sobrecarregam os benefícios assistenciais. Além disso, o próprio RGPS contém distorções, como desequilíbrios para a concessão de alguns benefícios.

Funcionalismo

Ainda de acordo com a advogada, a Previdência é falha no trabalho de estimular os cidadãos a contribuir. Segundo ela, há cerca de 10 milhões de pessoas na “informalidade previdenciária”.

— Apesar de termos uma Previdência que tem a função de distribuição de renda, a propaganda é invertida. Falta educação previdenciária, o que afasta as pessoas do sistema.

Segundo Theodoro Agostinho, há desconhecimento,

entre os proponentes da reforma, de aspectos como a previdência do setor público. O advogado disse que o regime próprio do funcionalismo passou por alterações recentes que corrigiram desigualdades e permitirão a equalização do sistema nos próximos anos. Além disso, observou que, diferentemente dos trabalhadores do setor privado, os servidores públicos precisam contribuir para a Previdência mesmo quando aposentados.

Setor rural

Jane Berwanger alertou sobre o risco social de se alterar o regime especial que beneficia os trabalhadores rurais. Ela afirmou que, caso passe a vigorar um sistema de contribuições individuais voluntárias, a tendência é que as mulheres fiquem desprotegidas, pois não terão como efetuar as suas próprias contribuições. Além disso, segundo ela, essa mudança subverteria um dos principais objetivos da aposentadoria rural, que é a redução de desigualdades regionais. Atualmente, o sistema é desenhado para que regiões menos produtivas não fiquem descobertas.

A coordenadora da associação Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, pediu à CPI que trabalhe para identificar as causas do rombo em todas as contas públicas do país, e não apenas nas da Previdência. Para isso, sugeriu o estudo das conclusões da CPI da Dívida Pública, realizada pela Câmara de 2009 a 2010.

Senadores devem vivenciar situação de trabalhador antes de votar, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a criação de uma comissão de senadores e deputados para verificar a situação de trabalhadores do campo antes de votar as reformas trabalhista e da Previdência.

Ele também sugeriu que uma comitiva visite um frigorífico, por

exemplo, para que os parlamentares “sintam o cheiro que a empresa exala, em prejuízo dos funcionários”. Segundo ele, antes de votar qualquer reforma, os senadores têm que “saber com quem estão mexendo”.

— Eu quero ver senador e deputado aguentar lá dentro um dia.

Telmário Mota alerta para corte de verbas da saúde em Roraima

O senador Telmário Mota (PTB-RR) destacou o aumento dos casos de chicungunha em Roraima. O senador considera inadmissível o corte de verbas federais para combate às doenças transmitidas por mosquito.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para ele, o governo é ausente e conta com a sorte na saúde pública em Roraima.

— Não param de atentar contra os recursos do povo. Deixam o povo do meu estado à beira do colapso ou de uma crise epidêmica da chicungunha.

Medeiros cobra conclusão das obras de duplicação de rodovia em Mato Grosso

José Medeiros (PSD-MT) cobrou do governo a liberação de recursos para a conclusão das obras de duplicação da BR-163, importante para o seu estado, que responde por 27% da produção agrícola nacional.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Segundo ele, o BNDES financiaria a obra, mas como a Odebrecht, envolvida na Lava Jato, compõe o consórcio que venceu a licitação para a rodovia, o dinheiro não foi liberado. Isso, disse, prejudica o estado e quem trafega pela BR.

Ângela pede solução urgente para quedas de energia em Roraima

Ângela Portela (PDT-RR) denunciou as constantes quedas de energia elétrica registradas em Ro-



Ana Volpe/Agência Senado

o 12º apagão em dez dias, de acordo com ela.

A senadora cobrou medidas urgentes do governo federal, como a continuidade da construção do Linhão de Tucuruí, que vai interligar o estado ao Sistema Elétrico Nacional.

Viana registra estímulos aos produtores do Acre apesar de crise

Jorge Viana (PT-AC) registrou ontem o empenho do governador de seu estado, Tião Viana, no estímulo ao setor produtivo num cenário de crise.

Disse que o governo estadual destinou R\$ 6 milhões para o de-



Jefferson Rudy/Agência Senado

envolvimento da comunidade extrativista de Xapuri e outros R\$ 6 milhões para os produtores de Brasileira.

E acrescentou que os municípios de Assis Brasil e Epitaciolândia serão beneficiados futuramente.

Evento rural em Rondônia beneficia pequeno produtor, avalia Gurgacz

A Rondônia Rural Show, ocorrida na semana passada, foi sucesso de público e o volume de negócios superou R\$ 700 milhões, especialmente entre pequenos produtores e comerciantes, avaliou Acir Gurgacz



Ana Volpe/Agência Senado

(PDT-RO). Ele disse que a exposição permitiu aos produtores ter contato com novas tecnologias e técnicas de lavouras experimentais, e mostrou a força do agronegócio em Rondônia, que cresce acima da média nacional.

Mudança trabalhista abre pauta de comissão

Relatório sobre reforma na CLT foi dado como lido na semana passada e senadoras da oposição levantaram questões de ordem, que devem ser analisadas posteriormente pela Mesa

O PROJETO DA reforma trabalhista é o primeiro na pauta de 11 itens da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h.

Na semana passada, a reunião da CAE em que ocorreria a leitura do relatório de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) sobre a proposta (PLC 38/2017) foi tumultuada. O presidente do colegiado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), afirmou que os senadores que se opunham à leitura do relatório agiram de “maneira agressiva”, inclusive incitando manifestantes que acompanhavam a sessão. Ele deu como lido o relatório de Ferraço e concedeu vista coletiva do texto.

O relatório de Ferraço é favorável ao texto aprovado na Câmara dos Deputados, rejeita as 193 emendas apresentadas no Senado e sugere que algumas partes sejam vetadas pela Presidência da República ou reformuladas por meio de medida provisória.

O próprio relator poderia retirar essas partes do texto, mas, com isso, o PLC 38/2017 teria de retornar para nova avaliação dos deputados. As sugestões de veto tratam de temas como gestante e lactante em ambiente insalubre, serviço extraordinário da mulher, acordo individual para jornada

12 por 36 (12 horas de trabalho por 36 de descanso), trabalho intermitente, representantes de empregados e negociação do intervalo intrajornada.

As senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentaram na quinta-feira

questões de ordem contra o andamento do projeto.

Segundo Gleisi, não houve pedido de vista antes do encerramento da reunião. Ela alega também que o presidente da CAE descumpriu o regimento ao dar como lido um relatório que não havia sido previamente

distribuído para os senadores e avaliou que houve fraudes nas notas taquigráficas e na ata da reunião. A senadora pede a suspensão da tramitação do PLC 38/2017 e a anulação da última reunião.

Já Vanessa pediu que a Mesa do Senado determine à CAE o

envio do projeto para analisar a anexação de outras propostas que tratam de mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou que decidirá sobre as questões de ordem posteriormente.

Seis pontos que Temer deve vetar se seguir sugestões do relator

Ricardo Ferraço considera esses temas polêmicos e merecedores de mais estudos e debates. Após a aprovação do projeto e a sanção com vetos, tais temas poderão ser novamente apreciados pelo Parlamento, diz Ferraço, por meio de projetos de lei ou de medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo

Gestante e lactante em ambiente insalubre

Trabalhadora gestante deverá ser afastada automaticamente, durante toda a gestação, apenas das atividades consideradas insalubres em grau máximo. Para atividades insalubres de grau médio ou mínimo, a trabalhadora só será afastada a pedido médico



Serviço extraordinário da mulher

Revogação do artigo 384 da CLT, que concede à trabalhadora mulher 15 minutos de descanso obrigatório antes de iniciar o horário de serviço extraordinário, a chamada hora extra



Trabalho intermitente

Regulamentação do trabalho intermitente, no qual a prestação de serviços não é contínua, embora com subordinação. Nesse tipo de trabalho, são alternados períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador. O melhor, na opinião do relator, seria regulamentar por medida provisória, estabelecendo os setores em que a modalidade pode ocorrer



Acordo individual para a jornada 12 por 36

Possibilidade de acordo individual estabelecer a chamada jornada 12 por 36, aquela em que o empregado trabalha 12 horas seguidas e descansa as 36 horas seguintes. O relator acredita que o texto aprovado pelos deputados sobre esse assunto “não protege suficientemente o trabalhador, que pode ser compelido a executar jornadas extenuantes que comprometam sua saúde e até sua segurança”



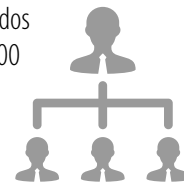
Negociação do intervalo intrajornada

Possibilidade de trabalhador e empregador fazerem acordo, por meio de convenção coletiva ou acordo coletivo, sobre o “intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de 30 minutos para jornadas superiores a seis horas”. Para o relator, a mudança precisa ser mais bem analisada para não gerar “precarização das condições de trabalho, com consequências sobre a saúde e a segurança”



Representantes dos empregados

Representantes dos empregados nas empresas com mais de 200 funcionários não precisam ser sindicalizados e terão o objetivo de ampliar o diálogo entre empresa e empregados, mas não têm estabilidade no emprego



Propostas de reformas são criticadas por autores de livro

As reformas trabalhista e previdenciária serão um retrocesso de direitos para trabalhadores do país, segundo expositores que participaram de quatro mesas de debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Na reunião, o senador Paulo Paim (PT-RS) lançou o livro *O Dragão Debaixo da Cama — impacto das reformas na vida dos brasileiros*, organizado por ele.

Representantes de centrais sindicais, dos auditores-fiscais, dos servidores públicos, do empresariado e de outras entidades da sociedade civil disseram que as reformas vão fragilizar a proteção dos trabalhadores. As mudanças propostas pelo governo em questões como insalubridade, terceirização, trabalho intermitente, aposentadoria rural e negociado sobre legislado (prevalência dos acordos coletivos entre patrão e empregados sobre o previsto na legislação) foram citadas pelos expositores como negativas.

Na proposta de reforma da Previdência, os debatedores criticaram especialmente o aumento no tempo de contribuição para que a pessoa se aposente e a retirada de bene-



Paulo Paim (C) apresenta livro sobre reformas da Previdência e das leis trabalhistas, lançado durante a audiência

fícios dos trabalhadores rurais e de locais insalubres. Para o assessor Moacir Meirelles de Oliveira, da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), é preocupante a mudança na aposentadoria especial.

— Eu, que sou da região carbonífera e me aposentei dentro da mina de carvão, estou muito preocupado. O mineiro de subsolo, que pode baixar à mina em trabalho insalubre com 21 anos, hoje, após 15 anos de trabalho, tem direito à aposentadoria especial. Pela reforma da Previdência, ele vai ter que trabalhar mais 19 anos para conseguir a sua aposentadoria — afirmou.

Os participantes demonstraram ainda confiança nos resultados da CPI da Previdência, presidida por Paim.

CPI da Previdência

Segundo a diretora de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), Assunta Bergamasco, a CPI vai mostrar que os causadores do rombo da Previdência não são nem os servidores públicos nem os demais trabalhadores.

— Em toda crise econômica, reformamos a Previdência, mas esquecemos de levantar quem são os grandes devedo-

res e sonegadores — afirmou.

Paim afirmou que a Receita Federal já enviou à CPI a lista dos mil maiores devedores da Previdência e que já foram convocados para prestar depoimento os cinco maiores entre os bancos, os cinco maiores do comércio, dos frigoríficos e da indústria.

— Está confirmada a audiência nesta quinta-feira, 1º de junho, na CPI, com a primeira leva dos devedores que terão que explicar como roubaram, como desviaram e onde está o dinheiro da Previdência. Num primeiro momento a gente fez o convite, no segundo já foi convocação e eles terão que se fazer presentes — disse ele.

Em relação à proposta de reforma trabalhista, o coordenador-geral do Fórum Sindical dos Trabalhadores, Artur Bueno de Camargo, relacionou, entre os itens a que se opõe, o negociado sobre o legislado, o trabalho intermitente, a homologação da demissão sem a presença do sindicato e a retirada da contribuição compulsória aos sindicatos. Ele espera que o Senado mude o projeto e que ele volte à Câmara e seja revisto.

— Os deputados precisam entender que é impossível viabilizar um monstro criado pelo Poder Executivo e por uma parte da Câmara — afirmou.

Artigos

Todos os participantes da audiência escreveram artigos do livro lançado na reunião. Paim disse que a obra reflete a busca por justiça e igualdade de oportunidades.

— Aqui está o pensamento de homens e mulheres com gritos insaciáveis por justiça e oportunidades iguais para todos. É uma obra coletiva, que faz uma reflexão e uma análise do momento atual e que vem a se somar à resistência de outras iniciativas — afirmou.